

Plenário aprova nacionalização do transporte marítimo



O senador paulista Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, discursa no plenário diante do deputado José Lourenço (PFL-BA)

Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte confirmou ontem o fim dos futuros contratos de risco para exploração de petróleo em território brasileiro e estabeleceu uma nova reserva de mercado, desta vez para a marinha mercante. Agora, serão necessariamente brasileiros todos os armadores que operam no país, os proprietários de navios, seus comandantes e pelo menos dois terços dos tripulantes de embarcações nacionais.



Também a navegação de cabotagem (costa) e a navegação interior (rios e lagos) serão privativas de navios brasileiros, exceto em casos de "necessidade pública". A emenda sobre navegação teve 336 votos a favor, 19 contra e 16 abstenções (371 presentes). A Constituinte terminou ontem o capítulo II do título sete (Ordem Econômica e Financeira). Na próxima semana, os temas mais polêmicos será a reforma agrária e a reforma urbana.

Contratos de risco

Os contratos de risco não mais poderão ser firmados entre o governo brasileiro e qualquer outra empresa, nacional ou estrangeira. A prospecção de petróleo permanecerá nas mãos da Petrobrás. O fim dos contratos tinha sido aprovado, em princípio, na última quinta-feira à noite.

O texto aprovado (441 votos a favor, 7 contra, 6 abstenções) dizia: "o monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação em espécie ou em valor na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural". O Centrão tentou alterar a proposta e pediu, na quinta, o adiamento da sessão, em busca de novo acordo.

A tentativa tinha como base a emenda do deputado Aécio Neves

Cunha (PMDB-MG): o Congresso Nacional, em certos casos, poderia dispor sobre a assinatura de novos contratos. Como não houve consenso, o dispositivo regimental de fusão de emendas que viabilizaria a proposta não prosperou. Ainda assim, o comando do Centrão fez uma nova tentativa.

Ontem de manhã, os líderes do Centrão submeteram a plenário outra emenda, do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), estabelecendo que o Congresso poderia autorizar os contratos de risco, desde que firmados só com empresas nacionais. Foi derrotada. Teve 232 votos contra, apenas 72 a favor e 14 abstenções (318 presentes). Prevaleceu, portanto, a votação do dia anterior.

O fim dos contratos, porém, não afetará as empresas estrangeiras ora atuantes em nosso território. Acordo entre as lideranças partidárias estabeleceu que um artigo nas Disposições Transitórias da Constituição (que serão votadas em fim de maio ou junho) preservará os atuais contratos, até o fim de seu prazo de vigência.

Artigo caro

A nacionalização da navegação mercante e de cabotagem foi possível através de fusão de emendas da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) e Raimundo Bezerra (PMDB-CE), tornando-a mais concisa. Inicialmente, esta nacionalizava até os afretadores de navios e dizia que a lei regularia a armação e a propriedade e tripulação não só de grandes navios mas de "embarcações de pesca, esporte, turismo, recreio e apoio marítimo".

A emenda aprovada foi chamada de "a mais cara da Constituição" pelo deputado José Genoino (PT-SP), pelo fato de o setor movimentar anualmente "cerca de US\$ 4 bilhões". Lobistas de armadores nacionais se rezevaram nos corredores da Câmara durante toda a votação.

Foi rejeitada, por falta de quórum, a emenda relacionada à atuação de empresas de aerofotogrametria. Caso aprovada, estabeleceria reserva de mercado, tornando a atividade privativa de empresas nacionais.

O que foi aprovado

Título VII
Da Ordem Econômica e Financeira
Capítulo I
Dos Princípios Gerais, da Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica

Art. 206 — O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, vedada à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural.

Art. 207 — A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, terrestre e marítimo.

Parágrafo 1º — A ordenação do transporte marítimo internacional cumprirá os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.

Parágrafo 2º — A lei disporá sobre a predominância dos armadores nacionais e navios de bandeira e registros brasileiros e do país exportador ou importador, bem como sobre transporte de graneis.

Parágrafo 3º — Os serviços de transporte terrestre de pessoas, de bens e de carga aérea, dentro do território nacional, inclusive as atividades de agência

amento, somente serão explorados pelo Poder Público, por brasileiros ou por empresas brasileiras, respeitado o princípio de reciprocidade.

Art. 208 — Serão brasileiros os armadores e proprietários bem como os comandantes e dois terços, pelo menos, dos tripulantes de embarcações nacionais.

Parágrafo 1º — A lei regulará a utilização das embarcações de pesca e outras.

Parágrafo 2º — A navegação de cabotagem e a interior são privativas de embarcações nacionais, segundo dispuser a lei, salvo caso de necessidade pública.

Art. 209 — A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social.

Art. 210 — As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios tratamento jurídico diferenciado visando incentivá-las, através da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou da eliminação ou redução destas por meio de lei.

Covas erra o voto e Ulysses ironiza pedido de correção

Da Sucursal de Brasília

O senador Mário Covas (PMDB-SP), líder do partido no Congresso constituinte, pegou o microfone, na sessão de ontem, e disse dirigindo-se a Ulysses Guimarães: "Sr. presidente, eu votei errado. Votei 'não' e meu voto é 'sim'". A confusão no plenário da Constituinte, crescente nas últimas semanas, mostra que nem mesmo um líder experimentado está a salvo de enganos, depois de horas de votação.

O deputado Ulysses Guimarães, que mantém com Covas uma respeitosa, porém aberta rivalidade, não perdeu a chance e ironizou a conhecida arrogância do senador: "é quase impossível acontecer isso

—vossa excelência cometer um erro". E completou: "Espero que isto não influa no resultado". Não influiu. A matéria foi aprovada com facilidade.

Mas é comum os constituintes votarem sem saber o que está sendo votado. Na semana passada, o deputado Wilson Souza, do PMDB de Santa Catarina, entrou apressado no plenário, bem na hora da votação eletrônica, ele não sabia do que se tratava e seu líder, Covas, já havia dado a orientação de voto. Não teve dúvida: esperou a orientação do deputado Roberto Freire (PCB-PE) e votou conforme o líder comunista, que normalmente está de acordo com a liderança do PMDB.

(Alexandre Polesi)

Começa a negociação da reforma agrária

Da Sucursal de Brasília

O Centrão e a liderança do PMDB no Congresso constituinte iniciaram ontem as negociações sobre o capítulo da reforma agrária, que deverá ser votado em plenário a partir da próxima terça-feira. O principal obstáculo para um amplo acordo vem logo no primeiro artigo, que trata da função social da propriedade.

A liderança do PMDB sustenta o texto aprovado pela Comissão de Sistematização, subordinando o direito de propriedade ao cumprimento da função social. O Centrão insiste em assegurar plenamente o direito, deixando a função social para ser julgada conforme o uso da terra.

Os critérios para a definição do que vem a ser função social já estão decididos: a propriedade deve ser "racionalmente aproveitada" (o Centrão prefere "adequadamente aproveitada") e preservar o meio ambiente, devem ser respeitadas as leis trabalhistas e configurado "o bem-estar do proprietário e trabalhadores". Falta definir se estes critérios serão aplicados "simultaneamente", como quer a esquerda, ou "na forma da lei", como prefere o Centrão.

No voto

O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), um dos negociadores do PMDB, afirmou ontem que o grupo não aceitará a subordinação apenas do uso à função social. Já o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), pelo Centrão, assegura que este princípio "precisa ficar claro". A polêmica deverá ser definida no voto, em plenário.

Haverá, no entanto, nova rodada de negociações nesta segunda-feira, pela manhã. Participam, além de Bogo e Afif, os deputados Arthur da Távola (RJ) e Euclides Scalco (PR), pelo PMDB, e Alysson Paulinelli (PFL-MG) e Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG), pelo Centrão. Os negociadores já mantiveram uma reunião ontem pela manhã.

Indenização

Está definido que a indenização para o proprietário desapropriado será feita em títulos da dívida agrária, que preservarão o valor

real da área, resgatáveis no prazo de até vinte anos. As benfeitorias (casas, cercas, açudes, etc.) serão indenizadas em dinheiro. A esquerda pretende classificar as benfeitorias indenizáveis com as "úteis e necessárias". O Centrão, no entanto, se opõe e deverá ter sucesso neste ponto.

Uma das questões mais polêmicas na fase da Comissão de Sistematização —a do momento exato em que a União assumiria a posse da terra ou a chamada "imissão na posse"— está próxima do acordo, já conseguida na própria Sistematização. A lei complementar decidirá o momento, desde que quaisquer recursos à Justiça por parte do proprietário obedeçam a "rito sumário", evitando-se longas pendências que inviabilizem a desapropriação.

O plenário também deverá decidir no voto —sem acordo— a proteção à propriedade produtiva, classificada como "sagrada" pelo presidente da UDR, Ronaldo Caiado. O texto da Sistematização veda a desapropriação de pequenos e médios imóveis, mas não menciona a produtividade.

UDR distribuirá a constituintes um livreto de críticas à reforma agrária

ANDREW GREENLEES
Da Sucursal de Brasília

A UDR (União Democrática Ruralista) começa a distribuir aos constituintes nesta segunda-feira um livreto de quarenta páginas contendo duras críticas à reforma agrária realizada pelo governo federal até hoje, no Brasil. Intitulada "A Produção é Intocável", a publicação traz fotos coloridas de fazendas desapropriadas pela União e pelo governo do Estado de São Paulo. "Leia, reflita e decida", diz o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, no prefácio dirigido aos constituintes.

O livreto (de capa vermelha) chegará às mãos de deputados e senadores na véspera da votação do capítulo referente à reforma agrária. A principal preocupação apresentada pelo texto é a desapropriação de terras produtivas. Como exemplo, a UDR escolheu a Fazenda Bacará, no Rio Grande do Sul, apresentada nas fotos como uma propriedade racionalmente ocupada e desenvolvida. A publicação sustenta ainda que diversas áreas produtivas ameaçadas de desapropriação "foram salvas" pela UDR.

Segundo a entidade, a reforma agrária no país esbarrou até o momento em dois problemas: custos e ideologia. Em primeiro lugar, a UDR calcula que, pelo plano do governo federal, o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989 custará US\$ 13,58 bilhões, cerca de 10% da dívida externa brasileira. "Estes números mostram que a forma como o governo vem conduzindo a questão está errada", afirma o livreto. A seguir, o texto sustenta que a reforma agrária "não é vista como instrumento de política eco

nômica, mas de ideologia", o que também inviabilizaria o processo, conforme a UDR.

O governo de São Paulo também é criticado. A Fazenda Santa Marina, no Pontal do Paranapanema (SP), é citada como "a mais exuberante comprovação das distorções do que até agora se fez no país a título de reforma agrária". As fotos —mostrando uma propriedade abandonada após a desapropriação— são acompanhadas pelo texto que classi-

fica a fazenda de "favelamento rural".

Lobby

A publicação do livreto faz parte da fase decisiva do lobby ruralista na Constituinte. A campanha será reforçada com a presença de aproximadamente três mil pessoas em Brasília a partir de segunda-feira, conforme disse o presidente da UDR. A reforma agrária deverá ser votada a partir de terça-feira.

Lula Marques



MOSTRANDO A AGRESSÃO

O deputado Paulo Ramos (sem partido-RJ), durante a sessão de ontem do Congresso constituinte, aponta a sequência de fotos publicada pela Folha (foto), na qual aparece o líder do PFL, deputado

José Lourenço (BA), tentando agredi-lo com o microfone, irritado com o discurso de Ramos sobre a nacionalização dos recursos mineiros. Lourenço foi impedido pelo deputado Uldurico Pinto (PMDB-BA).

Principais mudanças previstas na Constituinte

Da Sucursal de Brasília

"O Brasil entrou na contra-mão da história", disse o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, sobre as votações desta semana no Congresso constituinte, no título sobre a Ordem Econômica e Financeira. "Passei a acreditar no Brasil", reagiu entusiasmado o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), um empresário de longa tradição nacionalista.

Essas declarações, opostas de dois empresários vinculados a empresas nacionais, dão a medida da polêmica desencadeada pela Constituinte desde o último dia 26, quando foi votada a definição de empresa nacional. As principais mudanças previstas na Constituinte a partir desta semana são as seguintes:

Reserva de mercado — A definição de empresa nacional aprovada permite a extensão da reserva de mercado para qualquer atividade considerada "estratégica" para a "defesa nacional" ou o "desenvolvimento" do país, não apenas, como hoje, a indústria de informática. Segundo Albano Franco, as indústrias nacionais que deverão se beneficiar disso são a de química fina, farmácia e metalurgia de alta precisão.

Capital estrangeiro — A diferença entre "empresa brasileira" e "em-

presa brasileira de capital nacional" dá um tom nacionalista na nova Constituição que poderá inibir investimentos estrangeiros no país. Levantamento da CNI, a pedido de Albano Franco, indica que só a Constituição da Guiné-Bissau tem uma expressão definição de empresa nacional.

Pequenas e médias empresas — A definição de empresa nacional não afeta as pequenas e micro empresas. Mas um artigo aprovado ontem prevê que as microempresas poderão receber tratamento especial da União, dos Estados e dos Municípios. Microempresas informais por este artigo, poderão voltar à "legalidade" com a eliminação de exigências tributárias e creditícias de empresas.

Multinacionais — O aprovado restringe a expansão das atuais multinacionais, pois qualquer área considerada "extraterritorial" pelo Congresso poderá ficar sob reserva de mercado. "O Brasil poderá formar sua indústria automobilística", disse o deputado Gasparian.

Joint Ventures — Esta forma de associação entre capital estrangeiro e nacional, eventualmente com participação do Estado, será incentivada, desde que a maioria do capital votante fique nas mãos de residentes no Brasil. A diferença entre empresa brasileira (que pode ser, por exemplo, uma multinacional instalada no Brasil) e empresa brasileira

de capital nacional veda o acesso de empresas estrangeiras às fontes oficiais de crédito, o que já ocorre sem cobertura constitucional.

Poupança externa — As empresas estrangeiras podem atuar no país desde que tragam seus próprios investimentos. "Esse projeto impedirá o caso de Aracruz Celulose. Vinte e seis por cento das ações dela estão com a Souza Cruz (uma multinacional). Ela não tem investimento, e só recebe dividendos", disse Gasparian.

Tecnologia — É uma questão aberta saber se o que foi aprovado gerará, a longo e médio prazos, aumento da competitividade tecnológica do país. Albano Franco, cita a indústria de informática, hoje sob reserva de mercado. Gasparian pensa o contrário. Cita o caso da indústria de papel nacional como modelo: "beneficiou-se de investimentos do BNDES, é uma indústria privada, tem uma agressiva política de exportação e desenvolveu uma tecnologia própria".

Cabotagem — A navegação ao longo da costa brasileira passa a ser privativamente feita por embarcações nacionais, embora hoje, segundo a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), co-autora da proposta vitoriosa, esse tipo de transporte já seja feito majoritariamente por empresas nacionais.

Longo curso — Com a navegação de longo curso a situação muda inteiramente. Hoje, segundo Edison Aréas, do Sindicato Nacional de Oficiais de Máquinas da Marinha Mercante, só 9% das cargas transportadas do Brasil para o exterior usam navios brasileiros (o índice sobe para 17% se incluído o transporte de graneis pelos navios da Petrobrás). A Constituição prevê, agora, que esse tipo de transporte será feito "predominantemente" por embarcações nacionais.

Navios — Armadores e proprietários, comandantes e pelo menos dois terços dos tripulantes de embarcações nacionais terão que ser brasileiros.

Hélio Smidt, presidente do conselho de administração da Varig: "Temos de trazer mais investimentos externos e até aqui as aprovações da Constituinte têm sido mais ou menos equilibradas. Acho, porém, que está havendo um detalhamento exagerado no texto constitucional, onde está se colocando normas que deveriam ficar para a legislação ordinária."

Murilo Valle Mendes, presidente da Construtora Mendes Júnior: "Independientemente das restrições que foram aprovadas, a tendência no momento é de o capital estrangeiro se associar ao nacional. Com isso, acredito que ainda existe uma porta para a entrada do capital estrangeiro em projetos de mineração. Os países desenvolvidos fazem algumas restrições para o ingresso de capital estrangeiro. É natural dar uma preferência ao capital nacional. Mas não se pode esquecer que o comércio mundial é um caminho de mão dupla."

OS FUJÕES DA CONSTITUINTE

Estes são os 188 parlamentares que não compareceram à sessão de ontem do Congresso constituinte:

- | | |
|---|---|
| Aldemir de Barros Filho (PDT-SP), Aécio de Borbo (PDS-CE), Afif Domingos (PL-SP), Afonso Azevedo (PFL-RJ), Agostini Almeida (PMDB-PE), Artur Cordeiro (PDT-PR), Azevedo Neto (PMDB-PR), Azevedo Filho (PMDB-MA), Aldo Arantes (PC do B-GO), Alencar Dias (PFL-AC), Alexandre Puzyna (PMDB-SC), Alfredo Campos (PMDB-MG), Alzair Vasconcelos (PMDB-MG), Aloysio Teixeira (PMDB-RJ), Álvaro Antônio (PMDB-MG), Álvaro Pacheco (PFL-PI), Aylton Paulinelli (PFL-MG), Antonio Salim Curtati (PDS-SP), Antonio Ueno (PFL-PR), Arnaldo Faria de Sá (PDS-SP), Arnold Foranieri (PDS-SP), Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), Artur Werner (PDS-SC), Asdrubal Bentes (PMDB-PA), Aureo Melis (PMDB-BA), Benedito Monteiro (PTB-PA), Bezerra de Mello (PMDB-CE), Bezerra Cunha (PDT-RJ), Caio Pompeu (PMDB-SP), Cardoso Alves (PMDB-SP), Carlos Alberto (PTB-RN), Carlos Benedito (PMDB-CE), Carlos de Carli (PMDB-AM), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Carlos Vinagre (PMDB-PA), Carlos Virgílio (PDS-CE), César Cola Neto (PDS-CE), Chagas Neto (PMDB-RJ), Chico Humberto (PDT-MG), Christvam Chiorozzi (PFL-MG), Cleonândia Farnica (PFL-SE), Cristina Tavares (sem partido-PE), Davi Alves Silva (PDS-MA), Dal Basso Amadori (PMDB-SP), Dellino Netto (PDS-SP), Diógenes Surugui (PFL-AL), Edson Lobão (PFL-MA), Eliáze Moreira (PFL-MA), Inoc Vinício (PFL-MA), Erico Pegoraro (PFL-RS), Ervin Bankócki (sem partido-PR), Everaldo Nogueira (PFL-CE), Estro Ferreira (PFL-AM), Fábio Feldmann (PMDB-SP), Fábio Rounheiti (PTB-RJ), Fausto Fernandes (PMDB-PA), Fausto Rocha (PFL-SP), Felipe Chedde (PMDB-SP), Feres Nader (PDT-RJ), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Flávio Palmer de Vasga (PMDB-RJ), Flávio Rocha (PFL-RN), Francisco Benjamin (PFL-BA), Francisco Coelho (PFL-MA), Francisco Pinto (PMDB-BA), Francisco Rollemberg (PMDB-SE), Francisco Sales (PMDB-RJ), Furtado Leite (PFL-CE), Gândi Jamil (PFL-MS), Genésio Bernardino (PMDB-MG), Geovah Amarante (PMDB-SC), Geovani Borges (PFL-AP), Gerson Pares (PDS-PA), Gil César (PMDB-MG), Heliá Costa (PMDB-MG), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Hermes Zanetti (PMDB-RS), Humberto Luciano (PMDB-PR), Ivo Carosino (PMDB-MS), Ivo Leck (PMDB-MS), Ivo Mainard (PMDB-RS), Jacy Srongattita (PFL-PR), Jairo Assi (PFL-BA), Jamil Haddad (PDS-RJ), Jayme Poliacini (PFL-SP), Jeká Fraga (PFL-RN), João Alves (PFL-BA), João Carlos Bacelar (PMDB-BA), João Castella (PDS-MA), João Cunha (PDT-SP), João Hermann Neto (PMDB-SP), João Machado Rollemberg (PFL-SE), João Resak (PMDB-SP), Joaquim Sucena (PTB-MT), | Jonival Lucas (PFL-BA), Jorge Leite (PMDB-RJ), Jorge Ugeux (PMDB-RS), Jorge Viana (PMDB-BA), José Camargo (PFL-SP), José Carlos Goulinho (PFL-RJ), José Carlos Martins (PDS-CE), José Luiz de Sá (PFL-RJ), José Maria Lymão (PDS-SP), José Wanderson Bezerra (PFL-PE), José Teixeira (PFL-MA), José Viana (PMDB-RJ), Jovanni Mastini (PMDB-PR), Leão Varella (PFL-MG), Leite Chaves (PMDB-PR), Leão Souza (PMDB-RS), Leopoldo Bessone (PMDB-MG), Luiz Dias (PFL-MS), Lourenberg Nunes Rocha (PTB-MT), Laurival Baptista (PFL-SE), Lúcia Viana (PMDB-GO), Luiz Gylhiken (PFL-SP), Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), Luiz Leal (PMDB-MS), Luiz Sayer (PMDB-GO), Maluly Neto (PFL-SP), Manoel Ribeiro (PMDB-PA), Marival Viana (PMDB-CE), Marcondes Gadelho (PFL-PR), Marcos Lima (PMDB-MS), Mário Assad (PFL-MG), Mário Bouchardier (PMDB-MG), Mário Maia (PDT-AC), Matheus Lessner (PMDB-PR), Mauro Leão (PMDB-PR), Maurício Campos (PFL-MG), Maurício Nasser (PMDB-PR), Mauro Sampaio (PMDB-CE), Max Rosenmann (PMDB-PR), Meilo Reis (PDS-MG), Mendes Canôla (PMDB-MS), Milton Barbosa (PMDB-BA), Mirando Gomes (PMDB-BA), Moisés São Thiago (PDT-CE), Naysa Pimentel (PMDB-CE), Nelson Aguirre (PDT-ES), Nelson Jobim (PMDB-RS), Orlando Bezerra (PFL-CE), Orlando Pacheco (PFL-SC), Oscar Corrêa (PFL-MG), Osmando Neboças (PMDB-CE), Osvaldo Bender (PDS-RS), Osvaldo Coelho (PFL-PE), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), Osvaldo Almeida (PFL-RJ), Paulo Macatini (PMDB-SC), Paulo Moraes (PFL-PE), Paulo Minezoro (PMDB-RS), Paulo Pimentel (PFL-PR), Paulo Silva (PMDB-PR), Paulo Zorzo (PMDB-SP), Rached Saldaña Dera (PMDB-MS), Raquel Cândido (PFL-PE), Renato Johnson (PMDB-PR), Ricardo Faza (PFL-PE), Rita Furtado (PFL-RJ), Roberto Balestra (PDS-GO), Roberto Campos (PDS-MT), Roberto D'Ávila (PDT-RJ), Robson Marinho (PMDB-SP), Rodrigues Palma (PTB-MT), Ronaldo Arago (PMDB-RJ), Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), Ronaldo Corrêa (PFL-MG), Roto Prata (PMDB-MG), Rospide Netto (PMDB-RS), Rubem Bionquilha (PMDB-AC), Rubem Medeiros (PFL-RJ), Rui Nadei (PMDB-RS), Sadiê Haucke (PFL-AM), Sauer Archo (PMDB-SP), Santinho Furtado (PMDB-PR), Sarney Filho (PFL-MA), Sérgio Brito (PFL-BA), Sérgio Spotto (PMDB-PR), Severo Gomes (PMDB-SP), Sívio Alves (PMDB-MG), Telmo Kirst (PDS-RS), Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), Theodoro Mendes (PMDB-SP), Victor Treviño (PFL-MA), Vieira da Silva (PDS-MA), Virgílio Távora (PDS-CE), Wagner Lago (PMDB-MA) |
|---|---|